



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES JOVENS: HIP HOP E (NOVO) MOVIMENTO SOCIAL EM SALVADOR

Rebeca Sobral Freire¹

Há uma frase da rapper Paula Azeviche, “a gente é apartidário, mas não é apolítico”, que serve para apresentar os diversos aspectos que pretendo abordar nesse texto. 1. A ampliação da forma de manifestar a participação política; 2. O Hip Hop enquanto novo movimento social; 3. A atuação das mulheres jovens na política contemporânea.

Com a frase, a rapper demonstra que há diversas formas de fazer política, inclusive a partir da crítica a uma noção tradicional e universalista do que seja política e se reconhece enquanto “sujeito político” capaz de intervir nas decisões políticas da sociedade em que vive, revelando o potencial de atuação política das mulheres jovens, negras, da periferia, e integrantes do movimento Hip Hop. Esse pensamento de Paula Azeviche traduz o posicionamento do movimento Hip Hop baiano enquanto novo movimento social que resiste à institucionalização em defesa da sua autonomia.

Sobre a participação política, vale ressaltar a sua importância como um dos aspectos fundamentais dos regimes democráticos nos Estados modernos na luta pela conquista de direitos e de transformação social diante das desigualdades. Ela é, também, um elemento essencial para o alcance da soberania popular na interferência das decisões públicas. Essa participação, em suas formas legais, tem sido submetida a um caráter universal do “cidadão”, voltado para a representação do masculino, a quem tem direito de opinar e se beneficiar das decisões públicas (COSTA e SARDENBERG, 2004).

No entanto, é interessante notar que o percurso de participação das mulheres na luta por direitos específicos tem intervido na própria ideia de Estado e de igualdade, e, sobretudo, tem implicado na criação de novas formas de fazer política e no reconhecimento de novos sujeitos políticos no cenário público. Segundo a cientista política Ana Alice Costa (1998), as mulheres atreladas as suas demandas políticas e formas de participação começam a se perceber e a ser percebidas como sujeitas políticas capazes de intervir na história e na política.

¹ Graduada em Ciências Sociais e Especialista em Gênero e Desenvolvimento Regional, com concentração em Políticas Públicas, pela Universidade Federal da Bahia e Mestranda no Programa Interdisciplinar em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA) rebeca.sobral@gmail.com



Uma ferramenta analítica para a crítica feminista às relações sociais é o conceito ‘gênero’, de caráter interdisciplinar, que permite a visualização das desigualdades entre homens e mulheres enquanto relações de poder (SCOTT, 1992). Gênero é o suporte deste trabalho por possibilitar a percepção da participação das mulheres no movimento social juvenil, por assumir uma perspectiva relacional com outras categorias analíticas como ‘raça/etnia’ e ‘idade/geração’, e por ser capaz de interpretar o momento histórico e rejeitar a naturalização da sujeição das mulheres. Além disso, ele permite a ruptura do binômio cultura-biologia relacionado respectivamente a homem-mulher e público-privado (ÁVILA, 2005). Ruptura essa importante por ampliar o entendimento sobre a definição do que é política a partir do diálogo entre as esferas pública e privada, anteriormente distintas e separadas.

Nesse sentido, os novos movimentos sociais têm sido responsáveis, a partir da noção do ‘o pessoal é político’, pela crescente politização da vida social, influenciando a desmistificação do espaço político e o reconhecimento da pluralidade de identidades balanceadas no contexto das Ciências Sociais, conforme expõem Ernesto Laclau (1983) e Alda Britto da Motta (2003). Em suas diversas expressões, os movimentos sociais têm um papel imprescindível na construção da democracia devido à sua representação das minorias de poder diante de sua afirmação da identidade, da relevância da cultura e do cotidiano, da solidariedade entre as pessoas e das demandas políticas (GOHN, 1997). Segundo Sales (2001), a participação nos movimentos sociais de caráter informal tem influenciado transformações políticas e sociais no decorrer da história da humanidade, a exemplo de manifestações e lutas populares.

O Hip Hop pode ser considerado como um dos movimentos sociais mais importantes no mundo atual, e, de acordo com Maria da Glória Gohn (2004), se insere no rol dos novos movimentos sociais na medida em que integra três perspectivas: 1. Possibilita a inclusão de novos atores e atrizes no contexto de luta política, implicando na construção de identidade; 2. Utiliza a cultura como ferramenta política na luta por direitos e cidadania; e, 3. Está vinculado ao campo internacional e à esfera tecnológica em sua história.

Por Hip Hop se entende a composição de manifestações que se expressam através das artes de matrizes culturais africana-caribenha-americanas atreladas a aspectos modernos e tecnológicos. Sua origem remonta aos anos 1970, quando jovens afroestadunidenses e imigrantes caribenhos residentes do Bronx, bairro periférico de Nova York (Estados Unidos), deram forma ao Hip Hop e aos seus elementos básicos: 1. Break é a dança de rua; 2. Grafite é a expressão das artes plásticas nos muros da cidade; 3. Rap é a música; sendo o DJ é o responsável pelo beat – a batida. Vale



ressaltar que a exposição de apenas um desses elementos isoladamente não se configura Hip Hop (SANTOS e SUNEGA, 2009).

O Hip Hop é identificado por Stuart Hall (2003) e Paul Gilroy (2001), embasados pelos estudos descoloniais, como uma das expressões culturais da diáspora africana. Com o conceito de diáspora, os autores pretendem abarcar um novo momento de sociabilidade de uma população ou de um grupo étnico marcado por processos de deslocamento, fuga, exílio, migração forçada na reconstituição da identidade, acreditando que esse conceito pode ser usado na substituição do termo 'raça'. Ele permite também explicar a conexão entre Hip Hop, juventude negra e vivência em bairros periféricos caracterizados pelas desigualdades sociais de raça, de geração e de espaço.

No geral, o Movimento Hip Hop possui um caráter misto, composto por homens e mulheres, sendo mais um dos espaços de reprodução da hegemonia masculina existente na sociedade brasileira e mundial. Contudo, ele é também um espaço de participação política das mulheres e de grupos femininos e feministas, onde se compartilham e negociam demandas e parcerias. Como exemplo, cito a fala da rapper Mara Asantewaa:

Tem que parar de dizer que a mulher vai pro movimento para ver os meninos e que as mulheres não têm condições de se organizar para nada, e não pode isso, não pode, eu vejo hoje a quantidade de meninas no movimento que estão aqui, a cada lugar que eu vou a quantidade de meninas é grande e tá crescendo, sentam, debatem e querem realmente alguma coisa do movimento²

Asantewaa desmistifica a participação das mulheres na política do movimento Hip Hop a partir da exposição de uma demanda das mulheres para o movimento e para a sociedade. Sua fala expressa os desafios enfrentados pelas jovens que, no espaço público, se deparam com formas de preconceito e discriminação em torno de sua condição de mulher. Estas jovens reformulam os interesses do movimento Hip Hop ao inserir pautas específicas em sua agenda política.

Até agora tenho considerado o movimento de mulheres do Hip Hop como parte do Movimento Hip Hop, entretanto, acredito ser preciso pensar nesse movimento de mulheres como parte do movimento feminista, uma vez que ele compartilha de alguns objetivos desse movimento, tais quais: legalização do aborto, empoderamento das mulheres, luta contra a opressão feminina, entre outros. Também é importante observar que um dos destaques das pautas e bandeiras do movimento de mulheres do Hip Hop é o recorte geracional vinculado à juventude.

Nesse sentido, vejo o movimento de mulheres do Hip Hop ampliando algumas discussões do feminismo uma vez que incorpora a categoria juventude, o que não vem acontecendo de forma

² TOBOSSIS: Virando a Mesa Mulheres do Hip Hop. Entrevista Negramone (Simone Gonçalves) e Mara Asantewaa. Salvador: Abará Tabuleiro da Comunicação. 2009. Exibição on-line e duração de 60 min. Disponível em: <<http://www.tobossis.blogspot.com/>>. Acesso em: 10/2009.



substancial nos estudos feministas. A invisibilidade da categoria ‘geração’ nos estudos de gênero e feministas é reconhecida e criticada pela socióloga baiana Alda Britto da Motta (2004) que afirma ser essa uma questão ‘quase invariavelmente omitida’.

Os estudos referentes especificamente à juventude se iniciaram no contexto político dos anos 1960 e 1970, influenciados pelos movimentos juvenis em ação em diferentes lugares do mundo, a exemplo do movimento hippie, das mobilizações contra a guerra no Vietnã, da ‘segunda onda’ do feminismo, do movimento estudantil e do movimento negro. Britto da Motta ressalta a importância da percepção acerca das relações geracionais na dinâmica política e na reprodução social, dos seus significados na contemporaneidade, como as interconexões com outras categorias como raça, gênero e classe social, e considera, ainda, a categoria geração um elemento fundamental para a construção de políticas públicas para todas as idades.

A fim de contribuir com reflexões acerca da relação ‘mulher e política’ a partir das perspectivas de gênero e de geração, resolvi pesquisar a participação das mulheres jovens no movimento social Hip Hop. Inicialmente esse tema questiona duas lógicas hegemônicas que definem os objetos históricos ‘homem’ nos estudos da política e ‘mulher adulta’ nos estudos feministas. Nesse sentido, no campo da política há poucos trabalhos dedicados à produção sobre ‘mulher e política’; e, ambos os campos de estudos compartilham limitada produção em torno de geração, em especial, referente à juventude (WELLER, 2005).

Por conseguinte, a partir de inquietações acerca da participação das jovens no movimento social me proponho a investigar quais são as formas e estratégias de participação das mulheres no movimento político-cultural Hip Hop em Salvador. O aporte literário que utilizo para esse estudo encontra-se embasado pela teoria feminista sob uma perspectiva interdisciplinar em diálogo com a produção de saber nas ciências humanas, a exemplo da ciência política, antropologia, sociologia, história, entre outras. Esse aporte teórico e metodológico constitui o alicerce que possibilita o reconhecimento dos sujeitos e objetos de estudos acadêmicos do estudo proposto.

Traçar o perfil das mulheres que participam do movimento Hip Hop, identificar formas e estratégias de intervenção social das mulheres jovens nesse movimento social em Salvador, e caracterizar organizações, ações e demandas das mulheres são os objetivos específicos da minha pesquisa. O seu recorte temporal situa-se entre os anos de 1996 a 2009, quando a considerada primeira geração baiana se constitui e se mobiliza. 1996 é o marco do surgimento do Hip Hop em Salvador com a primeira posse, chamada Posse Ori (MIRANDA, 2006), fundada no centro da cidade, reunindo desde a sua criação homens e mulheres de diferentes bairros da cidade, sobretudo



os da periferia. 2009 é o ano da realização do III Encontro Nacional de Grafiteiras em Salvador a partir de uma articulação de projeção latinoamericana e caribenha.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho constrói-se a partir da pesquisa de campo e da abordagem de cunho qualitativo, realizadas por meio da técnica de investigação de entrevistas individuais, através de roteiro semiestruturado, com as mulheres integrantes do Movimento Hip Hop de Salvador, além de observação direta e registro em diário de campo.

Os critérios de escolha das entrevistadas são: 1. Ser militante do Movimento Hip Hop; 2. Ter participação em coletivo de mulheres ou em grupos mistos; 3. Ter envolvimento com os elementos do Hip Hop. A seleção das entrevistadas se deu por indicação e não de forma aleatória, a fim de criar uma rede de contatos que permita um contato prévio das entrevistadas com a pesquisa de forma a favorecer a interação e minimizar o efeito da ‘desejabilidade social’ que poderia isentar opiniões socialmente indesejáveis, geralmente omitidas em situações formais ou públicas. Na seleção do grupo de entrevistadas foi priorizada a heterogeneidade interna entre as participantes, no tocante a escolaridade, orientação sexual, bairro, atuação, posse, e outras variantes.

Como fontes complementares foram coletados materiais audiovisuais que expõem os discursos das mulheres do Hip Hop, produzidos pelas próprias mulheres do movimento, como: fotografias, documentários, vídeos-clipe, curtas-metragens, programas de rádio, de televisão e virtuais, listas de discussão e divulgação, blogs e Orkut, como também letras de música, devidamente autorizados por suas autoras. Ao mesmo tempo, revistas e jornais em circulação na cidade que dizem respeito ao assunto foram recolhidos e analisados.

Foram entrevistadas oito jovens mulheres que representam a primeira geração do Movimento Hip Hop em Salvador, pertencentes à faixa etária situada entre 17 a 25 anos. Elas são oriundas de bairros populares da periferia de Salvador e região metropolitana, entre eles: Vila Canária, São Marcos, Itapuã, Cabula, Periperi, São Cristóvão e Uruguai. Elas se autoidentificaram como ‘negras’, mesmo diante da classificação do IBGE que as classifica como ‘pretas’, ao demarcar sua identidade politicamente. Essa intersecção entre gênero e raça é justificada por Motta (2003, p. 3) quando afirma: “o ser negra na Bahia é uma determinação fundamental em movimentos culturais, políticos” e dá sentido a ligação da identidade racial negra no Hip Hop (SILVA, 1995) com a diáspora africana e a condição desigual da população negra no Brasil.

Entre as ocupações das entrevistadas constam: assistente de coordenação na área de Pedagogia; estudantes, rapper e b-girls; produtoras culturais e militantes do movimento (algumas delas desempenham simultaneamente mais de uma das ocupações citadas), algumas desempregadas



ou sem trabalho formal ou regular. Referente ao nível de escolaridade das entrevistadas há uma alternância entre cursar o ensino médio ou a graduação, tendo sido as áreas de Dança, Educação e Comunicação as áreas de estudo das que frequentam o ensino superior. Algumas delas são oriundas de cursos pré-vestibulares e curso de língua inglesa promovidos por grupos e instituições ligados a movimento negro e/ou movimentos feministas. Uma delas está fazendo curso pré-vestibular. Outras ingressaram na universidade pública via sistema de cotas, usufruindo de uma conquista de direito no tocante a políticas públicas de ação afirmativa na Educação Superior do país, pautada como uma das bandeiras pelo movimento Hip Hop baiano e pelo maior seguimento da juventude negra brasileira.

A participação da maioria das entrevistadas está vinculada a ações coletivas em que atuam como integrantes de grupos e projetos autônomos que envolvem o Hip Hop dentro do caráter de movimento social. De acordo com a vinculação das entrevistadas, foi produzido um mapeamento de formas de participação das mulheres classificadas em grupos e organizações de mulheres e/ou grupos mistos compostos por homens e mulheres do movimento. O resultado obtido foi um total de quatro grupos de mulheres, sendo dois deles parte dos dois grupos mistos do Hip Hop. Alguns desses grupos são chamados de posse. Posse se refere à organização do Hip Hop que articula e agrega diversos grupos de break e grafite, bandas de rap e militantes de uma determinada região, bairro ou mesmo de uma cidade.

Os grupos compostos por mulheres são: o Núcleo de Mulheres da Rede Aiyê Hip Hop, o Núcleo de Mulheres da PCE – Posse Consciência e Expressão em Itinga/ Lauro de Freitas – ambos integram uma organização maior chamada Rede Aiyê Hip Hop –, a banda de rap Munegrade e o Curso de Formação de B-girls (composto por integrantes do Núcleo de Mulheres da Rede Aiyê, mulheres independentes no Hip Hop e/ou oriundas do movimento de feministas negras); e os Grupos Mistos são: a Banda de rap Simple Rap`ortagem, o Núcleo de Comunicação da Rede Aiyê Hip Hop e a Rede Aiyê Hip Hop (que insere integrantes não vinculados aos Núcleos citados). É válido observar que há integrantes que participam de mais de um grupo simultaneamente ou participam de articulações vinculadas a Rede ou aos movimentos: negro, de juventude, feministas ou/e de arte e cultura, e que uma das entrevistadas, embora tenha longa atuação no movimento, identificou-se apenas como colaboradora dos projetos de Hip Hop.

A diversidade de estratégias da participação política das mulheres no movimento Hip Hop em Salvador em sua primeira geração pode ser elencada da seguinte forma: criação de grupos específicos de mulheres, promoção e participação em atividades (palestras, debates) e ações



(projetos, cursos) dos/entre grupos; representação em Encontros, Seminários, Painéis, Conferências e Fóruns temáticos (de âmbito local a nacional), promoção e participação em Bailes, Festas e Shows de Hip Hop. Além disso, as mulheres apresentam o movimento Hip Hop baiano preocupado com sua autonomia e caracterizado por alianças e parcerias com diversos movimentos sociais, instituições públicas e não-governamentais. Outro aspecto relevante é a produção de material audiovisual e de imagens pelo próprio movimento como registro de suas atividades e participações em encontros.

No que tange diretamente as estratégias de participação das mulheres jovens do Hip Hop, estas são compartilhadas com a experiência das mulheres no Hip Hop em outros estados brasileiros (ZANETTI e SOUZA, 2009), a exemplo da criação de núcleos de mulheres dentro dos grupos mistos de Hip Hop ou independentes, a realização dos Encontros de Gênero e Hip Hop, a aproximação com os grupos feministas de mulheres adultas e negras na Bahia e no Brasil, a participação em atividades e encontros feministas como também de negritude e de juventude. Nas ações realizadas pelo movimento, no que se refere aos assuntos gerais, como os encontros estaduais de Hip Hop e o ‘Painel de Direitos Autorais’, a participação das mulheres como produtoras e proponentes das atividades foi imprescindível para o fortalecimento dos grupos e do próprio movimento Hip Hop soteropolitano.

Funcionou enquanto estratégia de participação das militantes, rappers e b-girls baianas a criação de espaços próprios para discussão de sua agenda específica a partir dos núcleos de mulheres inseridos nas posses mistas. São exemplos o ‘Núcleo de Mulheres da Rede Aiyê Hip Hop’ e o ‘Núcleo de Mulheres da PCE’. Entretanto, o contexto de criação destes núcleos foi antecedido pela experiência de participação das mulheres nos encontros estaduais e nordestinos de Hip Hop. Conforme assegura a militante Vivian Quatuni, no ‘I Encontro de Hip Hop Baiano’ em maio de 2003 em Itapetinga, já existia uma forte intervenção das mulheres, embora não existisse um grupo ou espaço de discussão específico para as questões das mulheres.

O primeiro núcleo específico de mulheres inserido em uma organização mista, composto por cerca de quinze jovens de diferentes bairros da periferia de Salvador, o ‘Núcleo de Mulheres da Rede Aiyê de Hip Hop’, foi fundado durante o ‘II Encontro Nordestino de Hip Hop’ por mulheres que já participavam de seguimentos do movimento a partir de posses ligadas a Rede Aiyê de Hip Hop. Esse núcleo foi o resultado da estratégia de criação de um espaço para que as jovens mulheres pudessem discutir suas próprias questões e demandas.



Neste contexto, também surge em Itinga (região metropolitana de Salvador) o Núcleo de Mulheres da PCE, responsável pela promoção do ciclo de encontros locais ‘Mulheres em Ação’, em que ocorria o diálogo entre distintos seguimentos de movimentos de mulheres na capital baiana com as jovens do Hip Hop, a exemplo experiência de troca de conhecimentos com as mulheres adultas ligadas a religiões afrobrasileiras. Além disso, mulheres de diferentes seguimentos do Movimento Hip Hop baiano – tanto da capital quanto do interior – foram responsáveis pela promoção dos três encontros estaduais de gênero e Hip Hop ocorridos entre os anos de 2003 e 2005. Em sua programação houve espaço para os homens, diante das demandas de que o próprio movimento reflita acerca da masculinidade e do machismo.

Os referidos encontros reuniram diferentes seguimentos do Hip Hop baiano, o que permitiu às mulheres a percepção acerca da diversidade de sua participação política e da dimensão da questão racial envolvida em seus contextos, como relata a rapper e b-girl Negramone:

[...] o Hip Hop de Salvador é totalmente diferente de Alagoinhas, de Lauro de Freitas, e tem que ser porque existem diversidades que a gente precisa e tem em comum sim, porque a população negra não é única, existem populações negras, existem culturas negras, a gente precisa sempre pontuar isso, porque o HH é isso, temos uma essência em comum, mas temos as formas políticas de ação diferentes³

É extremamente rica a mudança de participação e organização social da juventude negra baiana do movimento Hip Hop, voltada inicialmente para preocupações com sua comunidade e posteriormente para a ampliação de seu campo de ação. Ação essa que se desenvolve de forma articulada com segmentos que atuam a partir do diálogo “com o poder público local, promovendo interação entre as demais cidades brasileiras, e realizando encontros nordestinos e de gênero, com um grau de organização muito próprio” (OLIVEIRA, 2007, p.66). A juventude Hip Hop baiana realiza, através dos elementos artísticos do Hip Hop, denúncias das desigualdades sociais vivenciadas pela população negra, jovem e pobre das periferias soteropolitanas. As artes do Hip Hop tornam-se um instrumento de contestação de sua condição e reivindicação de direitos junto ao poder público (MATSUNAGA, 2008).

A participação das jovens do Hip Hop foi registrada em atividades e encontros feministas como também de negritude e de juventude. Referente ao âmbito do movimento feminista, elas marcaram presença na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2007 e no I Encontro de Jovens Feministas Negras em 2009, ambos ocorridos na cidade de Salvador, e em atividades do mês da mulher em 2010. No que diz respeito às questões da juventude, elas participaram efetivamente do I Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE) em 2007 em

³ Id., 2009.



Lauro de Freitas (BA), e do Fórum Nacional de Juventude Negra, responsáveis por contribuir na construção do Plano Nacional de Políticas para Juventude, em que são pautadas questões feministas, como a legalização do aborto, que afligem de forma mais direta as jovens negras e pobres (CARVALHO e QUINTILIANO, 2009). Todas essas atividades tiveram o intuito de criar mecanismos de diálogo entre diferentes grupos civis organizados e setores governamentais, resultando em propostas transversais direcionadas à área das políticas públicas.

As jovens negras do Hip Hop baiano ocupam espaços políticos como: os conselhos de direitos, a exemplo da juventude, pelo desenvolvimento da comunidade negra, das mulheres, da saúde, da educação, da cultura entre outros; os fóruns comunitários, a exemplos do fórum da juventude negra e de segurança pública. Há proximidade de integrantes com partidos políticos e seus representantes. Por isso, é possível dizer que a constituição das pautas na agenda política das mulheres da primeira geração do Hip Hop baiano está vinculada sem dúvida as questões racial, de gênero e de juventude, o que as configura como jovens feministas negras no Hip Hop, já que o próprio movimento Hip Hop baiano se afirma como um dos seguimentos do movimento negro baiano.

É justamente por ser tímida a produção latinoamericana sobre a relação ‘mulher e política’ e serem raros os registros de reflexão teórica sobre o papel das mulheres no campo político, seja formal ou informal, que o estudo da participação política das jovens do Hip Hop mostra-se relevante e necessário: ele responde a uma das questões-chaves para compreensão acerca dos movimentos feministas em sua pluralidade de expressões e aspectos, mas que compartilham o objetivo comum de eliminar a opressão das mulheres na sociedade.

Bibliografia

ÁVILA, Maria Betânia. *Radicalização do feminismo, radicalização da Democracia* (online). 2005. Disponível em: <http://www.mujaresdelsur.org.uy/debatefem08_mba2p.pdf>. Acesso em: 06/12/2008.

BRITTO DA MOTTA, Alda (Org.). Dossiê: Gênero, Idades e Geração. n. 42. Salvador: EDUFBA e Editoria *Caderno CRH*, 2004. p. 349-355.

BRITTO DA MOTTA, Alda. *A Categoria Geração na Pesquisa Científica*. In: XXII SENPE (Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem), 2003, Porto Seguro.

CARVALHO, Jamile; QUINTILIANO, Rachel. Conquistas e desafios à participação política de jovens mulheres negras. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; SOUZA, Raquel. *Jovens Feministas presentes*. São Paulo: Ação Educativa; Fundação Friedric Ebert; Brasília: UNIFEM, 2009. p. 88-99.



- COSTA, Ana Alice A. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/ UFBA/ Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.
- COSTA, A. A. A.; [SARDENBERG, C. M. B.](#) Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara L. (Org.). *Mulher e relações de gênero*. v. 1. São Paulo: Loyola, 1994. p. 81-113.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais: Espaços de aprendizagem coletiva: depoimento. *Revista de Educação*, Salvador, Ano 12, n. 46, set-nov, 2004. Entrevista concedida a Zulamar Aurélio.
- GOHN, Maria da Glória. O paradigma dos Novos Movimentos Sociais. In: _____. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Ed. Loyola, 1997. p. 121-170.
- LACLAU, Ernesto. Novos Movimentos-Sociais e Estado na América Latina. In: SLATER, David (Org.). *Revista do CEDLA: Latin American Studies*, Amsterdã, n. 29, 1983.
- MATSUNAGA, P. S. As representações sociais da mulher no movimento hip hop. *Revista Psicologia e Sociedade* ^{JCR}, Florianópolis, v. 20, p. 108-116, 2008.
- MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. Relação de Mercado e trabalho social no Hip-Hop. *Caderno do CEAS*, Salvador, n. 223, p. 47-58, julho/setembro 2006.
- OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. *Movimento Hip Hop: Educação em quatro elementos*. 2007. 77 f. Monografia (Bacharelado em Pedagogia) – Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2007.
- SALES, Celecina da Maria Varas. Juventude, Política e Relações de Gênero: O Jovem enquanto sujeito político. In: AMARAL, Célia Chaves Gurgel do et al. (Org.) *Múltiplas Trajetórias: estudos de gênero do 8. Encontro da REDOR*. Fortaleza: REDOR/NEGIF – UFC, 2001. p. 57-68.
- SANTOS, Atiely; SUNEGA, Fernanda. Hip Hop Mulher: experiências de organização. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; SOUZA, Raquel. *Jovens Feministas presentes*. São Paulo: Ação Educativa: Fundação Friedric Ebert; Brasília: UNIFEM, 2009. p. 82-87.
- SCOTT, Joan. *Gênero uma categoria útil de análise*. Recife: SOS Corpo e Cidadania. 1992.
- SILVA, Maria Aparecida da. O rap das Meninas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 2, p. 515-524, 1995.
- TOBOSSIS: Virando a Mesa Mulheres do Hip Hop. Entrevista Negramone (Simone Gonçalves) e Mara Asantewaa. Salvador: Abará Tabuleiro da Comunicação. 2009. Exibição on-line e duração de 60 min. Disponível em: <<http://www.tobossis.blogspot.com/>>. Acesso em: 10/2009.
- WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.13, n.1, p. 107-126, 2005.
- ZANETTI, Julia; SOUZA, Patrícia Lânes A. de. Jovens no feminismo e no Hip Hop na busca por reconhecimento. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; SOUZA, Raquel. *Jovens Feministas presentes*. São Paulo: Ação Educativa: Fundação Friedric Ebert; Brasília: UNIFEM, 2009. p. 100-109.